



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

CUIABÁ, 05 DE DEZEMBRO DE 2019

1. NOVIDADES E PROJETOS LEGISLATIVOS

- **LEI Nº 13.886, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019** – Altera as Leis nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 11.343, de 23 de agosto de 2006, **9.503, de 23 de setembro de 1997** (Código de Trânsito Brasileiro), 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para acelerar a destinação de bens apreendidos ou sequestrados que tenham vinculação com o tráfico ilícito de drogas. Acesse a lei na íntegra clicando [aqui](#).

PROJETOS LEGISLATIVOS

- **PROJETO DE LEI Nº 8045/19** – (Novo Código de Processo Penal) trata do "Código de Processo Penal" (revoga o decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os Decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965, 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006), e apensados (PL804510). Acesse o Projeto de Lei na íntegra clicando [aqui](#).
- **PROJETO DE LEI Nº 3198/2019** - Dispõe sobre o aumento da pena do crime de condução de veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa por motoristas no exercício de sua profissão ou atividade. Acesse o Projeto de Lei na íntegra clicando [aqui](#).
- **PROJETO DE LEI Nº 634/2019** - Altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar o tempo máximo de cumprimento de penas privativas de liberdade para quarenta anos; o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar as penas previstas para o crime de latrocínio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para aumentar o interstício mínimo para a progressão de regime de cumprimento de pena para condenados pela prática de crime hediondo. Acesse o Projeto de Lei na íntegra clicando [aqui](#).
- **PROJETO DE LEI 10242/18** - Aumenta a pena do crime de roubo nos casos em que a ação delitiva colocar em risco um coletivo de pessoas. Acrescenta inciso III ao § 2º-A do artigo 157 ao Decreto Lei 2.848 de 07 de Dezembro de 1942, Código Penal Brasileiro. Acesse o Projeto de Lei na íntegra clicando [aqui](#).
- **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75/19** - Estabelece que a prática do **feminicídio constitui crime inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de reclusão. Acesse a PEC na íntegra clicando [aqui](#).
- **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 372/17** - Altera o inciso XIV do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal para criar as **polícias penais federal, estaduais e distrital**. Acesse a PEC na íntegra clicando [aqui](#).



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

2. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

1ª Turma reconhece que acórdão condenatório que confirma sentença interrompe prazo da prescrição

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada no último dia 26, afastou o reconhecimento da prescrição da pena imposta a um réu, ao entender que o acórdão que confirma a sentença condenatória também interrompe o prazo prescricional. A maioria do colegiado acompanhou o voto do ministro Alexandre de Moraes pelo provimento do agravo regimental interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) no Recurso Extraordinário (RE) 1237572. Leia a decisão na íntegra clicando [aqui](#).

Estupro de menor não gera regime fechado só por hediondez, fixa STJ

Aplicar regime mais gravoso apenas e tão-somente pelo fato da natureza hedionda do delito é ilegal. Com este entendimento, o ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça, acolheu pedido de Habeas Corpus de um homem condenado por estupro de uma adolescente. Leia a [íntegra do voto do ministro Alexandre de Moraes](#).

Condenação por associação para o tráfico exige prova de dolo, diz STJ

Para a caracterização do crime de associação para o tráfico é imprescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência, sendo que a reunião ocasional de duas ou mais pessoas não se enquadra ao tipo do artigo 35 da Lei 11.343/2006. Leia a decisão na íntegra clicando [aqui](#).

Tráfico de drogas: STJ afasta súmula 691 e relaxa prisão preventiva por excesso de prazo

A 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça afastou a súmula 691 do Supremo Tribunal Federal e relaxou a prisão preventiva de um acusado de tráfico de drogas por excesso de prazo na formação da culpa. De acordo com súmula, é proibido impetrar Habeas Corpus contra decisão liminar de relator de instância inferior. No caso, em decisão monocrática anterior, o ministro Sebastião Reis Júnior afastou a súmula 691 e anulou a audiência de instrução e julgamento. O ministro considerou que o acusado não foi interrogado no final da audiência, conforme determina o artigo 400 do Código de Processo Penal. Leia a decisão na íntegra clicando [aqui](#).

STF: Gilmar Mendes concede HC e diz que reincidência não afasta insignificância

A reincidência não afasta automaticamente a aplicação do princípio da insignificância. Com este entendimento, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu Habeas Corpus para um homem preso por roubar uma caixa de chocolates. No caso, o homem roubou de um supermercado uma caixa de chocolates, um caixa de balas e uma de refresco em pó, totalizando R\$ 126,36. Os produtos foram recuperados no mesmo dia. O ministro Gilmar Mendes ressalta a "absoluta irrazoabilidade de ter se movimentado todo o aparelho do estado polícia e do estado-juiz para se condenar o réu pela mera tentativa de furtar uma caixa de chocolate". Leia o acórdão na íntegra clicando [aqui](#).



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional
Criminal e da Execução Penal

BOLETIM INFORMATIVO

✉ cao.criminal@mpmt.mp.br

STJ: perícia é imprescindível se existem vestígios de crime ambiental

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) absolveu um réu condenado a dois anos de detenção, em regime aberto, pela prática dos crimes ambientais previstos nos artigos 38 e 38-A da Lei 9.605/1998. O fundamento? A falta de perícia técnica ou de justificativa para não a realizar em área com vestígios de degradação ambiental. A decisão foi prolatada no âmbito do AREsp 1.571.857-PR. De acordo com o artigo 38 da Lei 9.605/1998, é crime destruir ou danificar floresta de preservação permanente – mesmo que em formação –, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção. Já o artigo 38-A prevê como delito destruir ou danificar vegetação primária ou secundária – em estágio avançado ou médio de regeneração – do bioma Mata Atlântica. Leia a íntegra da decisão clicando [aqui](#).

STJ: Condenação por posse de droga para uso próprio não gera reincidência

O crime de posse de drogas para consumo próprio, por não ter pena privativa de liberdade, não gera reincidência. O entendimento foi aplicado pela ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, ao conceder habeas corpus e afastar a agravante. “Se contravenções penais, puníveis com prisão simples, não têm o condão de gerar reincidência (artigo 63 do Código Penal), também o crime de posse de drogas para consumo próprio não deve gerar tal efeito — sob pena de ofensa ao princípio da proporcionalidade —, haja vista ser punível com medidas muito mais brandas”, afirmou a ministra. Acesse o acórdão na íntegra clicando [aqui](#).

STJ: Para Sexta Turma, prazo de prescrição não é suspenso durante o cumprimento de transação penal

Durante o tempo transcorrido para o cumprimento das condições impostas em acordo de transação penal ([artigo 76](#) da Lei 9.099/1995) não há, por falta de previsão legal, a suspensão do curso do prazo prescricional. A tese foi fixada pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao dar provimento a recurso em habeas corpus para reconhecer a prescrição e declarar a extinção da punibilidade em um caso de lesão corporal no trânsito. Acesse o acórdão na íntegra clicando [aqui](#).

STF decide que cumprimento da pena deve começar após esgotamento de recursos

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é constitucional a regra do Código de Processo Penal (CPP) que prevê o esgotamento de todas as possibilidades de recurso (trânsito em julgado da condenação) para o início do cumprimento da pena. Nesta quinta-feira (7), a Corte concluiu o julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54, que foram julgadas procedentes. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

STJ: Não há ilegalidade no flagrante esperado, decide Superior Tribunal de Justiça

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que no flagrante esperado, a polícia tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade do agente de forma a aguardar o melhor momento para executar a prisão, não havendo que se falar em ilegalidade do flagrante. A decisão (RHC 103456/PR) teve como relator o ministro **Jorge Mussi**. Acesse o acórdão na íntegra clicando [aqui](#).



STF: Anulada condenação em processo com interrogatório realizado no início da instrução penal

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu o Habeas Corpus (HC) 162650 para determinar a realização de uma nova audiência de instrução e julgamento, com a efetivação do interrogatório judicial como último ato da instrução processual penal, em um processo envolvendo um condenado por tráfico de drogas. Acesse o acórdão na íntegra clicando [aqui](#).

STF: Ministro Alexandre de Moraes considera válido compartilhamento de dados fiscais e bancários para início de investigação criminal

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, nesta quinta-feira (21), o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1055941, com repercussão geral reconhecida, no qual se discute a constitucionalidade do compartilhamento de dados fiscais e bancários com o Ministério Público (MP) e autoridades policiais sem autorização judicial prévia. Único a votar na sessão de hoje, o ministro Alexandre de Moraes considerou constitucional o compartilhamento de todos os dados da Receita Federal que embasem o lançamento de tributos e de relatórios da Unidade de Inteligência Financeira (UIF) com os órgãos de persecução penal. Ontem, o presidente da Corte e relator do recurso, ministro Dias Toffoli, proferiu seu voto. Leia a [íntegra do voto do relator](#) (Ministro Dias Toffoli).

3. ATUAÇÕES DO MP/MT

Método Apac é incluído no planejamento estratégico do MPMT

“Fomentar a implementação do modelo de Centro de Reintegração Social” é uma das ações que integram o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o primeiro no país a incluir o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) no planejamento estratégico. A informação foi repassada pela promotora de Justiça Josane Fátima de Carvalho Guariente, que atua no Núcleo de Execução Penal de Cuiabá, durante palestra no 2º Seminário Estadual de Direitos Humanos promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Mato Grosso (OAB-MT), na manhã desta quarta-feira (16), em Cuiabá. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPMT arquiva dois procedimentos e oferece denúncia em outro

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio do Núcleo de Ações de Competência Originária (NACO), concluiu nesta quinta-feira (17) mais três investigações que foram instauradas para apurar denúncias sobre supostas condutas indevidas de promotores de Justiça no exercício de suas atribuições. Dos três procedimentos investigatórios finalizados, dois foram arquivados e um resultou em denúncia criminal. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

Empresário é condenado a 16 anos de reclusão por homicídio e sai preso

Após mais de duas décadas, o empresário e pecuarista Moisés Prado dos Santos foi condenado a 16 anos e oito meses de reclusão em sessão do Tribunal do Júri na comarca de Alta Floresta (a 803km de Cuiabá), na quinta-feira (11). O réu foi julgado pelo homicídio duplamente qualificado do amigo Gladiston Augusto de Lima Pereira, ocorrido em novembro de 1998. Atuou na acusação do réu a promotora de Justiça Carina Sfredo Dalmolin, da 2ª Promotoria de Justiça Criminal, e também o advogado Wesler Augusto de Lima Pereira, irmão da vítima, como assistente de acusação. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).



Promotoria alerta sobre importância de denunciar agressões e maus tratos

Um caso de maus tratos que resultou na morte de uma criança de apenas três anos de idade, em tese praticado pelos seus responsáveis, no município de Nova Marilândia, na comarca de Arenópolis, levou o promotor de Justiça Mário Anthero Silveira Bueno Schober a fazer um alerta à sociedade local sobre a importância dos fatos chegarem ao conhecimento das autoridades. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

Motorista que matou engenheira no trânsito é denunciado

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Sorriso, a 420 Km de Cuiabá, ofereceu na segunda-feira (25) denúncia contra Jackson Furlan pela prática dos crimes de homicídio qualificado, contra a engenheira agrônoma Júlia Barbosa de Souza, 28 anos, e tentativa de homicídio contra Vítor Giglio Brantis Fioravante. Os crimes ocorreram na madrugada do dia 09 de novembro, na Avenida Brasil, esquina com o Rodoanel Noroeste, no Bairro Vila Rimana. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

4. ATUAÇÕES DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

CONAMP: Entidades de classe do MP questionam no STF a nova lei de abuso de autoridade

A CONAMP, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) protocolaram, nesta quarta-feira (09), Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6238 contra a nova lei que define os crimes de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019). Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

[Clique aqui e confira a íntegra da ADI da CONAMP, ANPR e ANPT](#)

MPAC realiza palestra sobre investigação de crimes cibernéticos

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), ofereceu, nesta sexta-feira (11), uma palestra sobre a busca de evidências em crimes cibernéticos e as particularidades desse ambiente. A atividade ocorreu no auditório do Edifício-Sede e foi ministrada pelo delegado de polícia do estado do Piauí Alessandro Gonçalves Barreto, que também é responsável pelo Laboratório de Inteligência Cibernética do Ministério da Justiça. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRS: MP denuncia homem acusado de ataques com ácido na zona sul de Porto Alegre

A 9ª Promotoria de Justiça Criminal de Porto Alegre encaminhou à 11ª Vara Criminal da Capital nesta segunda-feira, 21, denúncia assinada pela promotora de Justiça Fernanda Ruttker Dillenburg contra Wanderlei da Silva Camargo Júnior pelos ataques cometidos com ácido sulfúrico contra cinco vítimas na zona Sul de Porto Alegre. Ele foi denunciado pelos crimes de lesões corporais graves e leves, ameaça, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e furto, todos cometidos em junho deste ano. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).



MPSC: Santa Catarina é um dos poucos estados sem superlotação no sistema socioeducativo

De acordo com levantamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no Brasil, há 18.086 jovens em cumprimento de internação por tempo indeterminado em instituições socioeducativas e 16.161 vagas, o que causa um déficit de quase duas mil vagas. Se for considerada, ainda, a média de pedidos pendentes mensais, o déficit alcança quase 5 mil vagas. A superlotação averiguada a nível nacional, no entanto, não é realidade em Santa Catarina. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPSP tem recurso acolhido para elevar pena em caso envolvendo grande quantidade de drogas

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acolheu recurso do MPSP e decidiu que grande quantidade de droga pode servir para a elevação da pena-base e para o afastamento da causa de diminuição da pena, por demonstrar que o acusado se dedica a atividade criminosa. Trata-se de caso ocorrido em Cafelândia, em que a Justiça de primeiro grau condenou réus que transportavam 79 quilos de maconha à pena de sete anos, três meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 729 dias-multa. Em razão da grande quantidade, a pena-base foi aumentada em um quarto e, por indicar que se dedicavam a atividade criminosa, foi negada a causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/06. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPRJ sedia o 4º curso de capacitação em investigação, persecução e condenação no crime de Tráfico de Pessoas

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Assessoria de Direitos Humanos e de Minorias, sediou, na quarta-feira (16/10), a 4ª Capacitação em investigação, persecução e condenação no crime de Tráfico de Pessoas, no Edifício das Procuradorias do MPRJ. A mesa de abertura contou com a participação da promotora de Justiça e integrante da Assessoria de Direitos Humanos e de Minorias, Roberta Rosa Ribeiro; a oficial política do Consulado-Geral dos Estados Unidos, Aleksandra Ristic, e a Coordenadora Nacional de Projetos do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD), Daya Hayakawa e a representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Ludmila Paiva, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Rio de Janeiro. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPBA: Jurisprudência do STF, dogmática penal e sistema prisional são temas de seminário no MP

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em face à dogmática penal foi o tema da palestra do membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), promotor de Justiça do Distrito Federal Dermeval Farias, hoje, 03, no seminário de Direito Penal. O conselheiro foi homenageado pela procuradora-geral de Justiça, Ediene Lousado, com a 'Medalha comemorativa aos 410 anos do MP' e com uma placa em reconhecimento por sua "intensa dedicação, comprometimento e valoroso trabalho para o fortalecimento institucional, sobretudo como membro do CNMP". A PGJ afirmou que Dermeval Farias é um exemplo de caráter. "Além do inegável conhecimento jurídico, Dermeval é um referencial de integridade no cumprimento do seu dever de defender o Ministério Público e o cidadão", salientou a chefe do MP. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).



CNMP - Corregedoria Nacional instaura procedimento para apurar conduta de promotor que expediu alvará de soltura

A Corregedoria Nacional do Ministério Público instaurou nesta quinta-feira, 14 de novembro, uma reclamação disciplinar para apurar a regularidade do ato do promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC) Márcio Gai Veiga, que expediu alvará de soltura a um preso provisório na operação Cidade Limpa, em Itajaí, Santa Catarina (SC). A iniciativa foi tomada de ofício, pelo corregedor nacional, Rinaldo Reis. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

MPF denuncia indígenas por cárcere privado e duplo homicídio em Mato Grosso

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso (MT) apresentou denúncia contra três indígenas da etnia Enawenê-Nawê, oriundos da aldeia Halaytakwa, por cárcere privado e homicídio, ocorrido em dezembro de 2015. Das três vítimas sequestradas e encarceradas, duas foram torturadas e mortas. Os nomes, tanto das vítimas quanto dos acusados não serão divulgados pelo fato do processo estar sob sigilo judicial. Dentre os pedidos requeridos pelo MPF no bojo da denúncia está o levantamento do sigilo do caso. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

5. NOTÍCIAS DO TJMT E OUTROS TRIBUNAIS

Comitiva do Mato Grosso visita o TJMG

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Nelson Missias de Moraes, recebeu nesta quinta-feira (24/10) uma comissão de magistrados, promotores, defensores públicos, advogados e assessores do Mato Grosso. Eles vieram a Minas para conhecer iniciativas bem-sucedidas do TJMG voltadas para o cumprimento da pena. O presidente discorreu sobre a adoção, em Minas Gerais, da metodologia da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) para a execução da condenação criminal. Ao seguir as diretrizes do método apaquiano, o recuperando trabalha, estuda, aprende uma profissão e dificilmente volta a cometer um crime, afirmou. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMT: Centro de Ressocialização pode ser referência para o Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário

Desde a porta que dá acesso ao interior do Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC), passando pelos corredores e salas até o muro limite do espaço da unidade é possível perceber a presença dos “amarelinhos”. São reeducandos que receberam o benefício para trabalhar intramuros e assim reduzir os dias no cárcere. Alguns conseguem remuneração e destina o dinheiro para familiares. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJMG: Tribunal de Justiça concede HC preventivo que permite plantio doméstico de maconha

Pela primeira vez no país, um órgão colegiado de justiça concedeu, de maneira originária e não em grau de recurso, Habeas Corpus preventivo, com pedido liminar, que libera um paciente de Minas Gerais com epilepsia generalizada a cultivar cannabis sativa para tratamento da doença. A decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) foi deferida na última terça (15/10) pelo desembargador da 8ª Câmara Criminal Dirceu Wallace Baroni, e age como salvo conduto, em que o beneficiado pode portar a substância sem ser preso ou mesmo ter a erva apreendida ou destruída pela polícia. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#) e a decisão [aqui](#).



TRF1: Acordos de "não persecução" do MP são inconstitucionais, diz juiz federal

São várias as razões pelas quais o "acordo de não persecução penal" criado pelo Conselho Nacional do Ministério Público é inconstitucional. **Segundo** o juiz Mauro Cesar Garcia Patini, da Vara Federal de Cáceres (MT), o acordo deu a membros do MP poderes que nem a Constituição ou qualquer lei jamais deu. Entre as inconstitucionalidades, a violação ao princípio acusatório, à reserva de jurisdição e ao princípio da legalidade. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

TJSP: Tribunal do Júri condena empresário por morte de advogada após colisão

O 5º Tribunal do Júri da Capital condenou, na tarde de hoje (26), o empresário Marcelo Malvio Alves de Lima a seis anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, sob a acusação de homicídio. Os jurados reconheceram que o réu, agindo com dolo eventual, casou a morte da advogada Carolina Menezes Cintra Santos, ao provocar acidente automobilístico no Itaim Bibi, bairro da zona sul paulistana. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ: Encontros do Justiça Presente sobre egressos formam 300 pessoas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concluiu nesta quarta-feira (20/11) a série de encontros formativos regionais dos Escritórios Sociais, política fomentada pelo órgão desde 2016 para atenção às pessoas egressas do sistema penitenciário. A ação, que resultou na capacitação de 300 pessoas, faz parte do programa Justiça Presente, parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o enfrentamento de problemas estruturais do sistema penal e socioeducativo do país. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

CNJ encerra missões para identificação biométrica de presos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) finalizou nesta quarta-feira (27/11), em Alagoas, missões envolvendo as 27 unidades da federação para construção de um banco nacional de dados biométricos de pessoas privadas de liberdade. O objetivo da ação, desenvolvida com parte do programa Justiça Presente, é proporcionar a emissão gratuita de documentação civil desta população, garantindo acesso a serviços que resgatem a cidadania e proporcionem oportunidades a quem vivencia o cárcere ou egressos do sistema prisional. O Justiça Presente é uma parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para superar problemas estruturais do sistema penal e socioeducativo. Acesse a notícia completa clicando [aqui](#).

6. INFORMATIVOS STF

INFORMATIVO 949

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVAS

Não há violação da SV 14 se os elementos de prova estão disponíveis nos autos para as partes.



PROCEDIMENTO / NULIDADES

Em ação penal envolvendo réus colaboradores e não colaboradores, o réu delatado tem o direito de apresentar suas alegações finais somente após o réu que firmou acordo de colaboração premiada.

HABEAS CORPUS

Cabe habeas corpus para questionar a decisão do magistrado que não permite que os réus delatados apresentem alegações finais somente após os réus colaboradores.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 950

DIREITO PENAL

CRIMES FUNCIONAIS

Causa de aumento do art. 327, § 2º, do CP não se aplica para autarquias.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

COMPETÊNCIA

Compete ao STF julgar a apelação criminal interposta contra sentença de 1ª instância caso mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça estejam impedidos ou sejam interessados.

NULIDADES

Não há nulidade se o advogado de um réu foi intimado para o interrogatório dos demais corréus, mas não compareceu.

A ausência de defensor, devidamente intimado, à sessão de julgamento não implica, por si só, nulidade processual.

EXECUÇÃO PENAL

Em julgamento específico, houve empate na votação e, diante disso, a 2ª Turma do STF afastou a prisão do paciente porque ela estaria baseada unicamente na execução provisória da pena.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 951

DIREITO PENAL

TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

Mero fato de o Ministro ter pedido vista do processo sem saber que estava impedido, devolvendo na sessão seguinte e declarando seu impedimento, não configura indício de que ele tenha praticado tráfico de influência (art. 332, caput, do Código Penal).



DIREITO PROCESSUAL PENAL

REVISÃO CRIMINAL

Não cabe revisão criminal contra decisão que se limita a inadmitir recurso.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 952

DIREITO PENAL

LEI DE LICITAÇÕES

Não compete ao assessor jurídico averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há, nos autos, decreto que a reconheça.

ATIVIDADE CLANDESTINA DE TELECOMUNICAÇÕES (LEI 9.472/97)

É possível aplicar o princípio da insignificância para a conduta de transmitir sinal de internet como provedor sem autorização da ANATEL (art. 183 da Lei nº 9.472/97)?

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 953

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PRISÃO PREVENTIVA

Nem toda mãe de criança deverá ter direito à prisão domiciliar ou a receber medida alternativa à prisão.

PROVAS

A perícia realizada por perito papiloscopista não pode ser considerada prova ilícita nem deve ser excluída do processo.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 954

DIREITO PENAL

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Homem que beijou criança de 5 anos de idade, colocando a língua no interior da boca (beijo lascivo) praticou estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), não sendo possível a desclassificação para a contravenção penal de molestamento (art. 65 do DL 3.668/41).



Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 955

DIREITO PENAL

CORRUPÇÃO PASSIVA

Deputado Federal que recebe propina para apoiar permanência de diretor de estatal comete crime de corrupção passiva.

LAVAGEM DE DINHEIRO

Não configura o crime de lavagem a conduta do agente que esconde as notas de dinheiro recebido como propina nos bolsos do paletó, na cintura e dentro das meias.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

COMPETÊNCIA

Senador que pratica corrupção passiva que não está relacionada com seu cargo e que não ofende bens, serviços ou interesse da União, deverá ser julgado em 1ª instância pela Justiça comum estadual.

NULIDADES

O advogado do réu delatado deverá, obrigatoriamente, estar presente no interrogatório do corréu delator.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

7. INFORMATIVOS STJ

INFORMATIVO 654

DIREITO PROCESSUAL PENAL

AÇÃO PENAL PRIVADA

Apesar de o § 1º do art. 24 do CPP falar apenas em “cônjuge”, a companheira (hetero ou homoafetiva) também possui legitimidade para ajuizar ação penal privada.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 655

DIREITO PENAL

CRIMES DO ECA



O delito do art. 240 do ECA é classificado como crime formal, comum, de subjetividade passiva própria, consistente em tipo misto alternativo.

LEI MARIA DA PENHA

A medida de afastamento do local de trabalho, prevista no art. 9º, § 2º, da Lei é de competência do Juiz da Vara de Violência Doméstica, sendo caso de interrupção do contrato de trabalho, devendo a empresa arcar com os 15 primeiros dias e o INSS com o restante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROVAS

É ilícita a prova obtida mediante conduta da autoridade policial que atende, sem autorização, o telefone móvel do acusado e se passa pela pessoa sob investigação.

SAÍDA TEMPORÁRIA

Condenado que se encontra cumprindo pena em prisão domiciliar por falta de vagas no regime semiaberto tem direito à saída temporária como se estivesse efetivamente no regime semiaberto.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

INFORMATIVO 656

DIREITO PENAL

LEI MARIA DA PENHA

Se a mulher vítima de crime de ação pública condicionada comparece ao cartório da vara e manifesta interesse em se retratar da representação, ainda assim, o juiz deverá designar audiência para que ela confirme essa intenção e seja ouvido o MP, nos termos do art. 16.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

LITISPENDÊNCIA

A pendência de julgamento de litígio no exterior não impede, por si só, o processamento da ação penal no Brasil, não configurando bis in idem.

REVISÃO CRIMINAL

A violação a normas processuais não escritas, como é o caso da proibição da supressão de instância, pode ensejar o ajuizamento de revisão criminal com base no art. 621, I, do CPP.

Acesse o informativo completo clicando [aqui](#) e o comentado [aqui](#).

8. ARTIGOS

A democracia, o caso do mensalinho, quem manda e quem obedece

Na democracia, não é coerente ou inteligente o parlamentar defender o retorno do Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5, que vigorou nos conhecidos anos de chumbo da ditadura. Por que? Porque foi por meio dele que se deu poder ao Presidente da República para fechar o poder legislativo, para legislar por meio de decreto, para restringir direitos civis, para julgar cidadãos independente do poder judiciário, época em que pessoas foram torturadas, algumas desapareceram e outras foram condenadas ao exílio, mandadas para terras estrangeiras e distantes. Acesse o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Dr. Arnaldo Justino da Silva

Decretar condução coercitiva agora pode caracterizar crime de abuso de autoridade

No dia 02 de janeiro de 2020 entrará em vigor a famigerada Lei 13.869/19, que trata dos crimes de abuso de autoridade. Destaque-se que o referido diploma normativo vem a lume em um cenário marcado por um embate entre a classe política brasileira e agentes estatais ligados ao sistema de justiça criminal. É inegável, portanto, a relação existente entre a nova lei e eventuais abusos ocorridos no desenvolvimento da denominada “Operação Lava-jato”. Acesse o artigo completo clicando [aqui](#).

Autores: Eduardo Luiz Santos Cabette e Francisco Sannini Neto

STF: Execução da pena só é possível após o trânsito em julgado da sentença condenatória

A possibilidade de execução da pena após a decisão do recurso em segunda instância foi inicialmente estabelecida pelo STF no julgamento do *habeas corpus* 126.292, em 17 de fevereiro de 2016. À época, o tribunal modificou orientação firmada em 2009, quando, ao julgar o *habeas corpus* 84.078, havia considerado impossível que se executasse a pena antes do trânsito em julgado da sentença condenatória e estabeleceu a possibilidade de encarceramento apenas se verificada a necessidade de que isso ocorresse por meio de cautelar (prisão preventiva). Acesse o artigo completo clicando [aqui](#).

Autor: Rogério Sanches Cunha

Boletim Informativo CAOCRIM – Equipe Técnica:

Dra. Josane Fátima de Carvalho Guariente – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Natacha de Souza Ayesh – Auxiliar Ministerial – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal

Ernani Araujo Preuss – Oficial de Gabitene – Centro de Apoio Operacional Criminal e da Execução Penal